

O direito à educação e a demanda judicial por vagas em creche: o desafio do poder executivo no município de Americana-SP

Para ler o TCC na íntegra, [clique aqui](#)

Autores

Mario Vinhas de Sousai

Orientação

Cíntia Regina Portes

Resumo

O presente artigo pretende estudar os problemas existentes na demanda de vagas em creche entre a faixa de 0 a 6 anos de idade dentro do município de Americana, e o que determina a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e Adolescente, e a lei de Diretrizes Brasileiras de 1996, em que determina ao Estado o dever da garantia de vaga na creche, o tema será pautado na demanda e na oferta de vagas dentro do município de Americana e as formas para atender a população do município, como também abordaremos dentro do ordenamento jurídico as determinações judiciais sendo a última forma dos municípios para ter seu direito garantido e conseguir que o Poder Executivo de Americana cumpra seu papel de ofertar vagas em creche, analisando ainda a alternativa de convênios com escolas particulares para cumprir tais determinações, tanto dos direitos constitucionais como das determinações judiciais.

Palavras-chave: direito a educação, vagas em creche e judicialização da educação.

A possibilidade de reconhecimento e aplicação do princípio da insignificância pela autoridade policial na fase pré processual

Para ler o TCC na íntegra, [clique aqui](#)

Autores

Mayara Fernanda Santos da Silva

Orientação

Cíntia Regina Portes

Resumo

Este artigo trata do princípio da insignificância na seara penal, em especial por se tratar de um princípio que descriminaliza os furtos considerados irrelevantes e que, portanto, não contem tipicidade material. A pesquisa revela as controvérsias na sua aplicação, uma vez que tal possibilidade não se encontra pautada em nossa legislação, restando apenas reconhecido pela doutrina e jurisprudência. Entretanto, verifica-se que existe a possibilidade de ser reconhecido de ofício pela autoridade policial com intuito de desjudicializar os delitos cometidos com viés que autoriza a aplicação do princípio da insignificância, visto que pelo fato material da conduta não ser considerado crime, por conseguinte não deve privar a liberdade do indivíduo. Assim, este artigo visa demonstrar que, observados sempre os direitos e garantias fundamentais, é possível que a autoridade policial assumira papel ativo de aplicador do princípio, gerando o desafogamento da justiça penal.

Palavras-chave: Princípio da insignificância. Autoridade Policial. Desjudicialização.